CADERNO DE PROPOSTAS
CEARÁ

5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

FLACSO BRASIL

UnB

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CADERNO DE PROPOSTAS

CEARÁ

APRESENTAÇÃO

Desde a década de 1930, as conferências nacionais buscam estabelecer agendas comuns entre o Estado e a sociedade, e têm resultado em impactos relevantes nas políticas públicas federais. Por meio das conferências nacionais, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem ampliado a discussão acerca da formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável, priorizando temas relevantes para o conhecimento e a discussão com a sociedade, que refletem o amadurecimento da política ambiental brasileira.

Neste contexto, a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA) tem como tema central "Emergência climática: o desafio da transformação ecológica". Para abordar essa questão de maneira abrangente, foram escolhidos cinco eixos para organizar as propostas da sociedade brasileira: Mitigação, Adaptação e Preparação para Desastres, Transformação Ecológica, Justiça Climática, e Governança e Educação Ambiental.

A CNMA é instrumento de realização da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) e visa fortalecer as políticas nacionais e o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, por meio da democratização do processo de construção da política pública, da ampla mobilização social e do debate inclusivo.

Além de subsidiar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o processo de ampla participação social e debates da 5ª CNMA também apresenta como objetivos específicos: contribuir para o conhecimento e difusão sobre emergência climática e a agenda política correlata; consolidar preferências da sociedade em uma agenda de mitigação coerente com o objetivo global de limitar o aumento da temperatura a 1,5^{0}C; contribuir para que medidas de adaptação sejam adotadas pelos municípios; incentivar a ampla participação de populações e de territórios em situação de vulnerabilidade climática nos diálogos sobre as medidas de adaptação às alterações climáticas; e promover a Transformação Ecológica no Brasil.

A primeira etapa deste processo foi a realização das conferências livres, municipais e intermunicipais. A segunda etapa é a realização das conferências

estaduais e distrital. Por fim, o processo culmina na etapa nacional, em Brasília, com a realização da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente.

As conferências municipais, intermunicipais e livres ocorreram entre 11 de junho de 2024 e 26 de janeiro de 2025 e tiveram como objetivo incentivar a ampla participação da população na construção de propostas para enfrentar os desafios climáticos, além de eleger delegados e delegadas que representarão os municípios na etapa estadual. O cadastro das propostas oriundas das conferências municipais, intermunicipais e livres foi feito na Plataforma Brasil Participativo e, seguindo o calendário, foram consideradas as propostas cadastradas até 02 de fevereiro de 2025.

Este caderno apresenta as propostas oriundas das conferências municipais e intermunicipais do estado do Ceará (CE).

SOBRE O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

A sistematização das propostas da etapa municipal, intermunicipal e livre da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente foi realizada por etapas. Uma base de dados tabulada foi criada, compilando todas as propostas submetidas na Plataforma Brasil Participativo (gov.br/cnma). Neste processo, a equipe conferiu todas as propostas, suas vinculações com as conferências/eventos cadastrados, eixos temáticos e seus municípios de origem. A compilação dos dados manteve a fidelidade ao texto e o Eixo Temático indicado na Plataforma, respeitando o processo participativo das Conferências.

Após essa primeira etapa, separaram-se as propostas por Unidades da Federação (UF), seguindo a divisão dos 5 Eixos Temáticos, e preenchidos diretamente pelas pessoas: (i) Mitigação; (ii) Adaptação e Preparação para desastres; (iii) Justiça Climática; (iv) Transformação Ecológica; e (v) Governança e Educação Ambiental. As propostas não tiveram seus eixos alterados.

Em algumas situações, as pessoas proponentes escreveram duas sugestões dentro de um mesmo campo da submissão. Neste caso, onde explicitamente foram feitas duas propostas, por exemplo, com enumeração delas, a proposta foi dividida e apresentada como duas inserções distintas, mantendo-se o código, mas com textos separados. Para realizar essa divisão foram considerados os seguintes critérios: se a Conferência só possuía uma proposta daquele eixo; se a proposta estava dividida por ponto e vírgula; se ela apresentava duas partes numeradas de forma diferente.

A partir deste tratamento de dados, foi realizada a etapa de aglutinação, que consiste em unir propostas semelhantes em uma única proposta, identificando os códigos das propostas originais.

Para garantir que toda contribuição do processo participativo da Conferência fosse contemplada, todo esforço foi feito para manter a integridade das propostas originais.

A identificação da proposta é formada pelo tipo de conferência seguida do número da proposta na plataforma. Ou seja, os códigos de identificação consistem no número original da proposta na plataforma, precedido por:

- CM para conferências municipais;

- CI para conferências intermunicipais;
- CL para conferências livres.

Apenas nos casos em que a redação apresentada nas propostas poderia ser vista como mensagem de conteúdo discriminatório, ou fortalecendo intolerância e discurso de ódio, ou ferisse o princípio da impessoalidade, a redação foi ajustada para se tornar compatível com o respeito aos processos democráticos e plurais.

DADOS GERAIS

O estado do Ceará está localizado na região Nordeste e possui uma população de 8.794.957 habitantes (IBGE, 2022), distribuídos em 184 municípios. Os biomas predominantes no estado são a Caatinga e a Mata Atlântica.

A etapa de Conferências Municipais e Intermunicipais no estado contou com a participação de 178 municípios, que elaboraram um total de 347 propostas. As propostas foram originadas de 7 Conferências Municipais, 20 Intermunicipais e 4 Livres. As conferências livres realizadas no âmbito deste estado seguirão diretamente para a Conferência Nacional, visto que a Conferência Estadual do Ceará não acolhe propostas oriundas das conferências livres para discussão no evento.

As 347 propostas recebidas foram lidas e quando apresentaram convergência com outra proposta do mesmo eixo, foram aglutinadas e os códigos originais são apresentados ao lado da proposta. Os municípios que participaram do processo constam nominalmente na Tabela 1.

Tabela 1. Lista dos municípios envolvidos nos processos de discussão da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente no estado do Ceará, em suas diferentes naturezas de eventos.

Abaiara	Chaval	Jardim	Piquet Carneiro
Acarape	Choró	Jati	Pires Ferreira
Acaraú	Chorozinho	Jijoca de Jericoacoara	Poranga
Acopiara	Coreaú	Juazeiro do Norte	Porteiras
Aiuaba	Crateús	Jucás	Potengi
Alcântaras	Crato	Lavras da Mangabeira	Potiretama
Altaneira	Croatá	Limoeiro do Norte	Quiterianópolis
Alto Santo	Cruz	Madalena	Quixadá
Amontada	Deputado Irapuan Pinheiro	Maracanaú	Quixelô
Antonina do Norte	Ereré	Maranguape	Quixeramobim
Apuiarés	Farias Brito	Marco	Quixeré
Aquiraz	Forquilha	Martinópole	Redenção
Aracati	Fortaleza	Massapê	Reriutaba
Aracoiaba	Fortim	Mauriti	Russas
Ararendá	Frecheirinha	Meruoca	Saboeiro
Araripe	General Sampaio	Milagres	Salitre

Aratuba	Graça	Milhã	Santa Quitéria
Arneiroz	Granja	Miraíma	Santana do Acaraú
Assaré	Granjeiro	Missão Velha	Santana do Cariri
Aurora	Groaíras	Mombaça	São Benedito
Baixio	Guaiúba	Monsenhor Tabosa	São Gonçalo do Amarante
Banabuiú	Guaraciaba do Norte	Morada Nova	São João do Jaguaribe
Barbalha	Guaramiranga	Moraújo	São Luís do Curu
Barreira	Hidrolândia	Morrinhos	Senador Pompeu
Barro	Horizonte	Mucambo	Senador Sá
Barroquinha	Ibaretama	Mulungu	Sobral
Baturité	Ibiapina	Nova Olinda	Solonópole
Beberibe	Ibicuitinga	Nova Russas	Tabuleiro do Norte
Bela Cruz	Icó	Novo Oriente	Tamboril
Boa viagem	Iguatu	Ocara	Tarrafas
Brejo Santo	Independência	Orós	Tauá
Camocim	Ipaporanga	Pacajus	Tejuçuoca
Campos Sales	Ipaumirim	Pacatuba	Tianguá
Canindé	Ipu	Pacoti	Trairi
Capistrano	Ipueiras	Pacujá	Tururu
Caridade	Iracema	Palhano	Ubajara
Cariré	Irauçuba	Palmácia	Umari
Caririaçu	Itaiçaba	Paracuru	Umirim
Cariús	Itaitinga	Parambu	Uruburetama
Carnaubal	Itapajé	Paramoti	Uruoca
Cascavel	Itapipoca	Pedra Branca	Varjota
Catarina	Itapiúna	Penaforte	Várzea Alegre
Catunda	Itarema	Pentecoste	Viçosa do Ceará
Caucaia	Itatira	Pereiro	
Cedro	Jaguaruana	Pindoretama	

A Figura 1 apresenta a distribuição espacial dos municípios participantes do estado do Ceará.

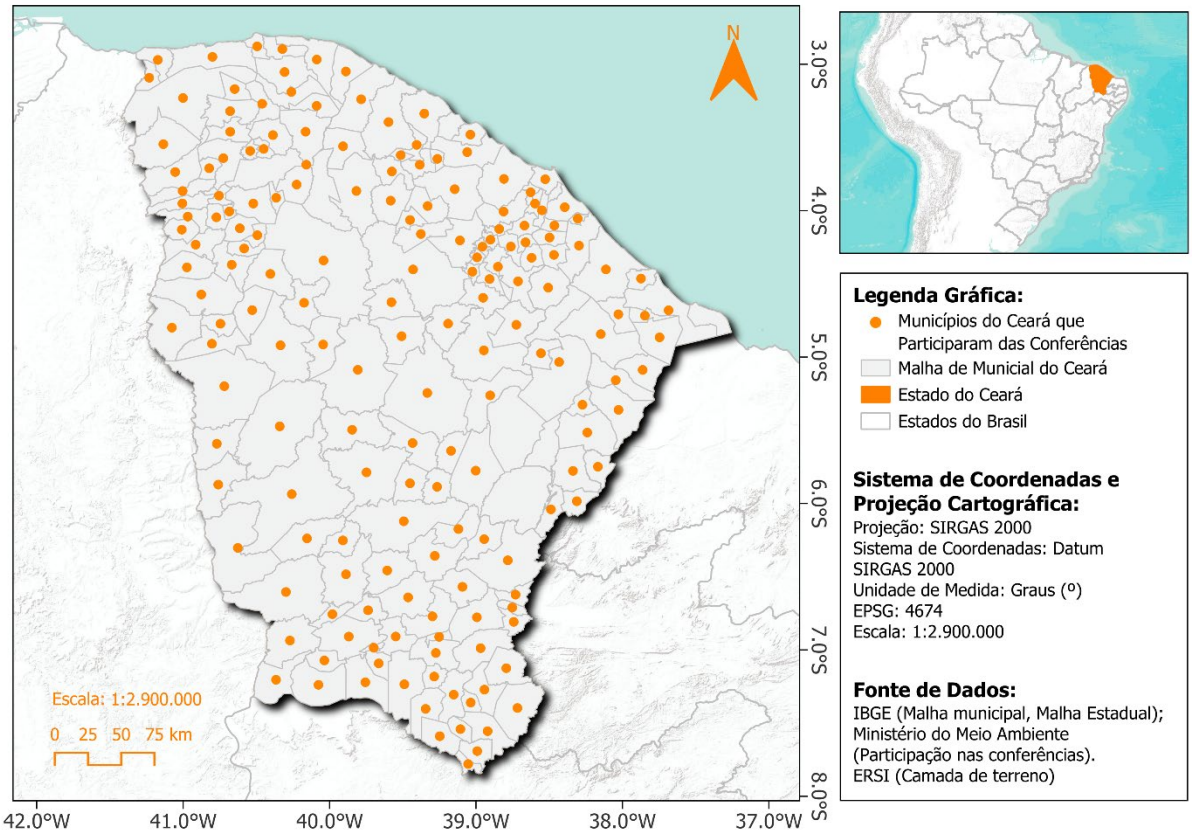

Figura 1. Mapa com a distribuição espacial dos municípios envolvidos nos processos de discussão da Conferência Nacional do Meio Ambiente no estado do Ceará, em suas diferentes naturezas de eventos.

As Conferências Municipais enviaram 94 propostas e as Intermunicipais um total de 253, assim distribuídas:

- Eixo 1- Mitigação: 67 propostas
- Eixo 2 - Adaptação e Preparação para Desastres: 67 propostas
- Eixo 3 - Justiça Climática: 69 propostas
- Eixo 4 - Transformação Ecológica: 73 propostas
- Eixo 5 - Governança e Educação Ambiental: 71 propostas

A distribuição das propostas recebidas por eixo temático e por tipo de conferência é ilustrada na Figura 2.

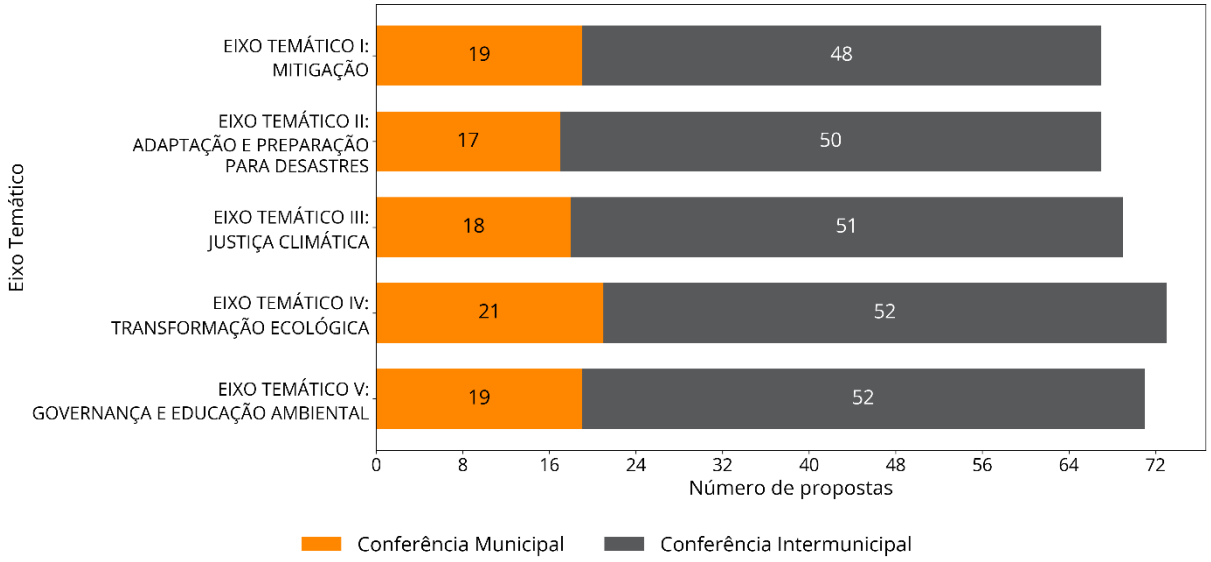

Figura 2. Distribuição das propostas recebidas por eixo temático e por tipo de conferência.

PROPOSTAS

EIXO TEMÁTICO I: MITIGAÇÃO

Proposta	Código
Implementar um programa de reflorestamento e arborização em áreas urbanas, priorizando praças, margens de rios e matas ciliares, utilizando espécies nativas e águas de reuso para reduzir ilhas de calor, além de estabelecer políticas públicas com taxa mínima de arborização, infraestrutura adequada, fiscalização e monitoramento do desmatamento, promovendo a conservação e ampliação de áreas verdes.	CI27359; CI33106; CI27717; CM28924; CI32357; CI30389; CI33089; CI39059
Incentivar a recuperação de áreas degradadas e a conservação ambiental em ecossistemas urbanos e rurais, promovendo reflorestamento e manejo sustentável de manguezais, dunas, linha de costa, vegetação nativa e mata ciliar, além de implementar programas de recuperação de biomas degradados, fortalecendo a resiliência climática e a biodiversidade.	CI30592; CI36745; CM29014; CM35933; CM36287
Estabelecer uma legislação que proíba o retrocesso ambiental, assegurando a manutenção e ampliação de áreas protegidas, Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Unidades de Conservação (UCs), com prazos para sua efetivação, além de fortalecer a fiscalização, promover conscientização socioambiental e implementar ações preventivas contra queimadas e degradação de áreas verdes.	CM36047; CM39323

Reduzir o desmatamento e as queimadas em áreas rurais por meio da aplicação da legislação ambiental ao setor agropecuário, incentivando o reflorestamento de áreas degradadas como sumidouros de carbono e a recuperação de margens de rios e riachos erodidos, com apoio técnico, distribuição de mudas nativas e ações de prevenção e controle do fogo.	CI37404
Implantar e fortalecer o transporte ferroviário com interface com energia fotovoltaica com abrangências Municipais e Estaduais.	CI37867
Incentivar a transição energética para transportes sustentáveis, promovendo fazendas de algas para biodiesel e etanol, com foco na mobilidade elétrica e no transporte público de baixo carbono.	CM31739
Implantar de forma efetiva de um plano diretor e desenvolvimento Regional como ferramenta de controle para sustentabilidade das áreas e funções de interesse ambiental comum entre os municípios.	CI33292
Criar, fortalecer e descentralizar os órgãos Ambientais municipais.	CI22249
Ampliar a rede de reciclagem (associações, poder público, sociedade, sistema de informações, materiais recicláveis) para todos os municípios.	CI30387; CI33088
Reduzir a emissão dos gases do efeito estufa	CI39328
Tornar a educação ambiental obrigatória nas escolas por meio de uma lei que estabeleça a inclusão formal desse tema	CI27358; CI33105

no currículo escolar, garantindo a implementação de atividades interdisciplinares, como projetos de coleta seletiva, plantio de árvores e práticas de preservação ambiental, além da capacitação contínua de educadores.	
Implementar normativas para incentivar o reuso da água e a implementação de energias renováveis.	CM35534; CM35535; CM35934; CM36288
Criar programa de agricultura sustentável nos municípios brasileiros adotando tecnologias adequadas para redução das emissões de poluentes como: programa de compostagem (comunitária, institucional e individual) e de agroflorestas.	CM38872
Aproveitar as fontes de energia renováveis em órgãos públicos nas 3 esferas da federação, considerando o bioma local, considerando potencialidades e vulnerabilidades e mantendo a captura de carbono no não alagamento de barragens/hidrelétricas;	CI37403
Promover a Gestão Integrada aos recursos hídricos com a execução de programas municipais em todo o estado para recuperação das calhas dos rios e afluentes envolvendo os diferentes atores (poder público, sociedade civil e academia) com incentivos financeiros, reconhecimento contínuo e projetos de extensão em parceria com as instituições de ensino.	CM38869
Incentivar a construção de cisternas e barragens subterrâneas para minimizar a falta de água nas comunidades rurais em tempos de seca, ou em localidades com difícil acesso ao abastecimento de água, conscientizando a população da importância do uso racional desse bem.	CM28925

Regular o cadastro ambiental rural prevendo um programa de monitoramento descentralizado, com o objetivo de recuperar e garantir a preservação e conservação das áreas protegidas declaradas, bem com programas de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis através de formação/orientação à equipamentos e mão de obra, por meio das universidades, Secretarias agrícolas, ONG, entre outros meios.	CI33291
Implementar um programa de capacitação para agricultores e pecuaristas em práticas sustentáveis, incluindo rotação de culturas, sistemas agroflorestais e reflorestamento, promovendo a redução de queimadas e incentivando a adoção de técnicas agrícolas e pecuárias ambientalmente responsáveis.	CI27718; CI30553; CI33037
Implementar um programa de incentivo a hortas comunitárias e capacitação em metodologias agroflorestais, promovendo o uso de biodigestores, defensivos naturais e tecnologias de reaproveitamento de água, aliando educação alimentar ao resgate e valorização de produtos naturais e nativos	CM28926
Implementar estufas com espécies nativas para disponibilização de mudas para reflorestamento e oficinas de educação ambiental sob responsabilidade das secretarias municipais de meio ambiente e agricultura.	CI37869
Criar políticas públicas para a implantação de sistemas agroflorestais.	CI30574
Promover a criação de equipe técnica para o alcance dos eixos temáticos, sua continuidade tanto com relação aos programas quanto a equipe.	CI30575

Criar um programa piloto para transformar cidades brasileiras em modelos de carbono neutro, por meio da integração de tecnologias inteligentes, eficiência energética e a compensação de emissões.	CM31740
Fomentar a energia fotovoltaica em áreas rurais, quilombolas e comunidades de baixa renda, criando um programa de incentivo à energia renovável descentralizada, com gratuidade para famílias vulneráveis e incentivos fiscais para os demais, promovendo o uso de energia limpa e reduzindo a dependência de fontes radioativas.	CI28038; CI30554; CI33039
Implementar políticas públicas para fomentar o uso de energias renováveis, como eólica, biomassa e solar, aliadas à criação de incentivos fiscais que viabilizem o acesso a essas tecnologias para todas as classes sociais, promovendo a transição energética.	CI27701; CI27735; CI30591; CI36737
Implantar ações de manejo agrícola sustentável, com redução das práticas convencionais e recuperação de áreas degradadas, inclusive com ações de fiscalização.	CI21700
Instituir e financiar programas de serviços ambientais (com ações de regeneração, recuperação, manutenção e conservação ambiental.)	CI22250
Implementar um plano integrado para a destinação adequada dos resíduos sólidos, garantindo a cobertura total da coleta seletiva, a desativação dos lixões, a inclusão de catadores(as) e a criação de unidades regionais ambientalmente corretas para o tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos.	CI21699, CI27702, CI27736, CI39115
Ampliar a coleta seletiva municipal, priorizando o modelo porta a porta e promovendo educação ambiental para conscientização da separação de resíduos, expandindo o	CI32336; CI28565;

funcionamento das Centrais Municipais de Reciclagem com o uso de transportes não emissores de CO2 e fortalecendo a compostagem como estratégia para reduzir resíduos, além de produzir adubo para a arborização pública.	CI32358; CM28488
Agilizar a efetivação das ações do consórcio de resíduos sólidos, garantindo a cobertura de 100% da coleta seletiva e destinação adequada dos rejeitos.	CI21699
Fortalecer a gestão de resíduos no município por meio da coleta seletiva e da implementação de usinas de compostagem, visando reduzir os resíduos encaminhados aos aterros, diminuir a emissão de metano proveniente de material orgânico e gerar adubos orgânicos para a arborização pública municipal.	CM28488
Realizar ações para a destinação adequada dos resíduos sólidos com desativação dos lixões e implementação da coleta seletiva com inclusão de catadores (as).	CI27702
Estimular a fabricação de materiais com identificação do tipo do material e potencial de reciclagem.	CI39333
Fomentar programas de coleta seletiva e tratamento de resíduos orgânicos por meio da compostagem e biodigestores coletivos, promovendo a produção de biofertilizantes, captação e uso de biogás para geração de energia elétrica distribuída, além da criação de um plano de negócios para biodigestores públicos e privados e do selo de baixo carbono pelos municípios.	CM36044; CI32337
Criar um programa de transição energética e incentivos fiscais voltados para a gestão de resíduos orgânicos, tratando-os não como lixo, mas como recursos, atuando no fomento à educação ambiental e no fortalecimento da coleta	CM39320

seletiva para a separação de resíduos orgânicos e não orgânicos.	
Esses códigos não apresentaram propostas	CI36205; CI36206

EIXO TEMÁTICO II: ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

Proposta	Código
Elaborar planos municipais de enfrentamento às emergências climáticas, integrando consórcios regionais com eixo de proteção civil estruturado, monitoramento e gestão de recursos naturais, mapeamento de áreas de risco e diretrizes para planos de contingência, com definição de locais de acolhimento e rede de apoio, visando prevenção, resposta estruturada e redução de desastres em escala local e regional.	CI32338; CI27704; CI27739; CI39064; CI28041; CI39116; CI39062; CI27719; CI39346; CM28931; CI36208; CI37870
Incentivar os municípios a criarem a Lei Municipal de Proteção e Defesa Civil, instituindo o Fundo Municipal de Enfrentamento a Desastres para financiar ações emergenciais, prevenção e estruturação de brigadas, com capítulo específico para emergências climáticas, garantindo recursos para adaptação urbana/rural, resiliência e respostas ágeis a eventos extremos, além de transferências entre fundos estaduais e municipais.	CM35537; CM35937; CM36290; CI30577; CI37872; CI39343; CI32346
Fortalecer as defesas civis municipais com ampliação do efetivo de bombeiros militares, criação de brigadas, capacitação de agentes, aquisição de equipamentos (mangueiras, veículos), sistemas de alerta à população, planos de contingência e monitoramento climático, garantindo suporte ágil a municípios em situações de risco.	CI28566; CI32359; CI21701; CI33090; CI30576; CI30556; CI33042; CM36049; CI22251;

	CI27360; CI33107
Criar brigada intermunicipal de incêndios florestais contratada, aliada à formação de brigadas municipais voluntárias capacitadas e equipadas, com investimentos em infraestrutura, planos de contingência e prevenção de queimadas, priorizando áreas rurais e Unidades de Conservação.	CI21702; CI39117; CI33294
Fortalecer a capacidade institucional dos municípios para enfrentar mudanças climáticas, integrando auxílio técnico especializado com programas contínuos de educação ambiental, garantindo fundo específico para ações de adaptação a desastres, gestão de resíduos e implementação de medidas preventivas em âmbito local.	CI28040; CM31742
Articular a criação de uma base de dados integrada para monitorar vulnerabilidades climáticas, com sistema regional de monitoramento, observatórios municipais de desastres ambientais e alertas à população via câmeras, réguas e aplicativos, garantindo compartilhamento de informações em tempo real sobre eventos hidroclimáticos extremos.	CM36050; CI37405; CM29013; CI27703; CI27738
Implementar cidades esponjas por meio da criação, recuperação e expansão de áreas verdes urbanas, construção de áreas permeáveis, integração de infraestruturas verde e cinza, ampliação de sistemas de drenagem com dispositivos de retenção de resíduos sólidos, e implantação de mecanismos de monitoramento e alerta para prevenir inundações em áreas de risco.	CI33293; CI30391; CI33091; CM39324; CM38879; CM35536; CM35936; CM36289; CM37874; CI30595; CI36748

Elaborar protocolo para adaptação da malha urbana, baseado na arquitetura ribeirinha e planejamento integrado com aspectos climáticos, combinando habitações sociais para realocação de populações em áreas de risco/preservação, engajamento popular, financiamento de recursos e monitoramento contínuo de desastres.	CM39325; CI27720; CI30594; CI36746
Promover a criação de açudes em rios para contenção de cheias e reserva hídrica durante estiagens, integrando ações de eliminação de pontos de acúmulo ou descarte irregular de lixo, evitando o transporte de resíduos para galerias pluviais e garantindo gestão sustentável de recursos hídricos e drenagem urbana.	CI22252; CM31741
Intensificar o controle e fiscalização em Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas verdes, garantindo o cumprimento efetivo das leis ambientais para coibir a ocupação ilegal, desmatamento, poluição e exploração descontrolada de recursos naturais, com investimentos prioritários em estrutura de fiscalização e aplicação da legislação.	CI28567; CI32360; CI30555; CI33040; CI27361; CI33108
Criar unidades de conservação municipais em trechos estratégicos e vulneráveis, integrando viveiros de plantas nativas e frutíferas para promover restauração ecológica, proteção da biodiversidade e resiliência ambiental, garantindo a conservação de ecossistemas e o fornecimento de espécies para recuperação de áreas degradadas.	CM38883; CI37406
Esses códigos não apresentaram propostas	CI36207; CI36209

EIXO TEMÁTICO III: JUSTIÇA CLIMÁTICA

Proposta	Código
Criar e fortalecer políticas de justiça climática para reparar os danos históricos do racismo ambiental, garantindo transferência de renda e condições mitigadoras para comunidades atingidas por atividades extrativistas, obras impactantes e eventos climáticos extremos, além de priorizar o saneamento básico em comunidades indígenas, quilombolas, bairros periféricos e povos de matriz africana.	CI32343; CI30559; CI33044; CI33092; CI33298
Fomentar políticas públicas que assegurem a conservação, dos recursos naturais, garantindo a proteção da fauna, da flora, e comunidades tradicionais e vulneráveis e desenvolver programas de educação ambiental, enfatizando a preservação da biodiversidade.	CI21703
Promover a sustentabilidade social e inclusiva por meio da criação de abrigos de trabalho e readaptação social para pessoas em situação de vulnerabilidade e rua, garantindo justiça climática para as populações mais impactadas pelas mudanças climáticas, com políticas públicas que assegurem suporte social, econômico e ambiental.	CI30581; CI39066; CI36212
Criar um mecanismo de mapeamento de vulnerabilidade as mudanças climáticas, que impactam comunidades tradicionais e visando a revitalização de margens de rios e APP, arborização de áreas urbanas e periféricas.	CI39362
Fortalecer e estruturar as associações de catadores através de contratos de convênio, garantidos por lei, e financiados (IQM ecológico e fomento das indústrias na contrapartida da isenção fiscal) e fomentar a mudança da base do consumo com inclusão das comunidades tradicionais.	CI22254

Fortalecer o papel das mulheres agricultoras na produção sustentável, promovendo sua liderança, a superação de barreiras estruturais e o reconhecimento como gestoras de conhecimentos tradicionais, por meio de políticas públicas de incentivo à agricultura sustentável e acesso a recursos técnicos e financeiros.	CI37876
Criar programas que priorizem a Função Social de Imóveis Subutilizados e Vazios	CM35538; CM35938; CM36291
Elaborar um planejamento urbano sustentável visando o mapeamento das áreas de vulnerabilidade socioambiental que sofrem com o impacto do calor urbano e proporcionar melhoria da qualidade do ar com ações de arborização com o auxílio das equipes da secretaria de assistência social (serviços de convivência), regionais e lideranças locais com o apoio da secretaria de meio ambiente.	CM29027
Criar uma câmara estadual para garantir a proteção e os direitos dos refugiados climáticos, incluindo povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais afetadas, assegurando a reprodução de seus territórios e a implementação de uma agenda estadual focada em suas condições socioeconômicas, com acesso a políticas públicas de apoio e reparação.	CI30560; CI33047; CI33093
Criar programas sociais com taxas de juros diferenciados para pessoas de baixa renda, com o propósito de facilitar o financiamento de placas solares e incentivar a grande indústria a migrar para o setor de geração própria de energia.	CI30604; CI36756
Reestruturar a regularização fundiária urbana de forma que contemple incentivos a energia alternativa (Ex. solar) para pessoas de baixa renda;	CI30580

Criar um fundo intermunicipal para emergências climáticas e recuperação ambiental, gerido por um conselho com representantes do poder público e da sociedade civil, financiado por recursos públicos e privados, para apoiar a produção agrícola sustentável, fortalecer o saneamento básico em áreas vulneráveis e recuperar áreas degradadas e corpos hídricos assoreados com espécies nativas.	CI39360; CI32342; CM31746
Garantir a universalização da coleta seletiva nos municípios, incluindo materiais recicláveis secos e orgânicos, e implementar políticas públicas eficazes para apoiar a transição justa dos catadores, assegurando melhores condições de trabalho, inclusão socioeconômica e fortalecimento das cadeias de reciclagem.	CM38887; CI30394
Criar projetos de agricultura urbana em repartições públicas e promover a capacitação para a criação de micro hortas de 1 (um) metro quadrado para ser reproduzido nas residências das comunidades com o objetivo de proporcionar segurança alimentar e promover a absorção de carbono.	CM29028
Implementar o projeto Cultivar o Futuro, promovendo práticas de agricultura sustentável por meio do incentivo à agrofloresta e hortas urbanas, expandindo o programa Carbono Verde para beneficiar pequenas comunidades, gerando impacto social, econômico e ambiental positivo.	CI37408
Elaborar um orçamento governamental integrado para políticas ambientais que facilitem o acesso a tecnologias sustentáveis.	CI27363
Garantir um recurso mínimo no orçamento público municipal e estadual para ações de preservação, proteção e fiscalização do meio ambiente	CM36058
Mapear áreas sensíveis (nascentes, olhos d'água, comunidades tradicionais) de forma que as empresas que se instalarem nessas	CI30392

áreas tenham responsabilidade ambiental, garantindo a presença de agroflorestas, agricultura sustentável e campanhas de conscientização, limpeza e reflorestamento.	
Realizar fiscalização rotineira nos rios para combater a extração irregular de areia, que afeta a disponibilidade de água e incentivar o reflorestamento das APP's dos rios e nascentes com sistemas agroflorestais.	CI39120
Garantir o direito à acessibilidade à água potável, preservação e conservação dos mananciais.	CI39068
Fortalecer a participação de comunidades vulneráveis nos processos decisórios institucionais sobre questões climáticas, assegurando o respeito e a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios, garantindo acesso prioritário aos benefícios da transformação energética, incluindo empregos, microgeração de energia, saneamento e investimentos oriundos da compensação ambiental.	CI28570; CI32363; CI28046
Implementar e financiar políticas e projetos para criar áreas verdes urbanas e sistemas comunitários de energia sustentável, promovendo o consumo consciente, energias renováveis e a integração com a gestão de resíduos sólidos, priorizando comunidades vulneráveis e garantindo infraestrutura sustentável para populações rurais e urbanas.	CI27721; CI27362
Implementar, financiar políticas, projetos e ações através de tecnologias e inovações no campo que garantam as permanências e qualidade de vida da população rural, incentivando a agroecologia, agricultura familiar, turismo rural, saberes populares, visando a recuperação de áreas degradadas e compensação ambiental.	CI27722
Garantir financiamento tripartite e gestão participativa para implantação, implementação e expansão do saneamento básico,	CI28044

priorizando as comunidades vulneráveis (periféricas, ribeirinhas, quilombolas, povos indígenas) com a construção/aquisição de banheiros sanitários.	
Mapear as áreas de risco climático, identificando regiões e comunidades vulneráveis a desastres naturais, investir em infraestrutura de saneamento básico e água potável e incentivar o reflorestamento de áreas menos favorecidas, evitando o racismo ambiental.	CI30601; CI36755
Proteger dos territórios e dos ecossistemas nas áreas de interesse de implantação dos empreendimentos/energias renováveis.	CM38893
Incentivar o acesso à energias renováveis em comunidades minoritárias	CM35539; CM35939; CM36292
Implementar o programa "Habitar Seguro", fortalecendo a fiscalização e prevenção em áreas de risco urbano e próximas a barragens, garantindo moradias seguras por meio do monitoramento contínuo, da aplicação de normas de segurança e da educação comunitária para reduzir desastres ambientais e estruturais.	CI37407
Incentivar a adoção de práticas de agricultura sintrópica, como agroflorestas através de incentivo financeiro e apoio técnico as famílias que aderirem (regeneração do solo e alternativa ao uso de queimadas) com assistência técnica permanente para o uso das tecnologias.	CI22253
Financiar o uso de energia solar para a agricultura familiar, estimulando a policultura e otimização do uso consciente da água.	CI27706; CI27742

Implementar sistemas agroflorestais com espécies nativas e hortaliças verticalizadas, agregando práticas de permacultura.	CI27705; CI27741
Criar áreas de preservação ambiental em regiões de relevância ecológica e garantir políticas públicas de recuperação e proteção dos rios, assegurando a manutenção da sobrevivência das populações ribeirinhas e da agricultura familiar.	CM38890
Revisar política de licenciamento ambiental inserindo condicionantes e incentivos para empreendimentos que adotem políticas de justiça ambiental.	CI33109
Criar uma lei que regularize a carreira do agente comunitário de reciclagem como política de valorização dos catadores e de ampliação da sua atuação na educação da população, garantindo os direitos sociais e trabalhistas destes profissionais.	CI28571; CI32364
Reordenar as leis de uso e ocupação do solo dos municípios, estabelecendo parcerias com ONG's e universidades para promoção de pesquisas e iniciativas que visem a redução de danos causados por desastres naturais fruto das mudanças climáticas.	CI21704
Implementar o programa “Cobrança e Monitoramento Sustentável” para estruturar a legislação ambiental municipal e criar um sistema de monitoramento transparente e responsável das ações públicas e privadas, com formação de profissionais qualificados em ciência, tecnologia e inovação, fortalecimento da fiscalização e promoção da gestão ambiental sustentável para enfrentar crises climáticas.	CM29000
Elaborar o Plano Municipal Emergencial de Controle das Mudanças Climáticas para garantir justiça climática às populações vulneráveis, promover acordos intermunicipais de corresponsabilidade climática, fortalecer compensações ambientais como enriquecimento florestal, ampliar a	CM31745

fiscalização, estabelecer limites para emissões atmosféricas e incentivar a participação da população no monitoramento ambiental.	
Ampliar o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para incluir áreas de apicultura preservadas e áreas protegidas, como Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (APPs) de rios e nascentes, garantindo fiscalização, monitoramento e comprovação da conservação ambiental.	CI39121
Incentivar a construção de lagoas de infiltração e/ou contenção, tornando os espaços de lazer e sensibilização ambiental especialmente nos bairros mais vulneráveis.	CI33110
Criar o COMSOJUC (Comitê de Monitoramento Social da Justiça Climática), visando promover a articulação entre a sociedade civil, lideranças comunitárias e povos tradicionais no monitoramento da justiça climática e cobrar do poder público a implementação de ações afirmativas.	CM39329
Implementar o programa "Clima em Alerta – Educando para Ação Coletiva em Defesa do Futuro", promovendo a educação climática para conscientização sobre os riscos das mudanças climáticas e incentivando ações coletivas, incluindo drenagem sustentável, restauração da vegetação, telhados verdes, mapeamento e gestão de riscos, além da capacitação comunitária para resposta a desastres ambientais.	CM39331
Reduzir o desmatamento e o uso indevido do fogo e promover a recuperação de áreas degradadas através de incentivo financeiro e acompanhamento técnico para pequenos produtores para a implantação e manutenção de sistemas agrossilvopastoris.	CI33300
Implementar um programa de recuperação de áreas degradadas para restaurar ecossistemas locais por meio do plantio de	CI37873

espécies nativas, reflorestamento e regeneração natural, promovendo a participação ativa da comunidade no processo de restauração e preservação ambiental.	
Criar e ampliar de áreas de proteção ambiental para compensações ambientais.	CM36057
Esses códigos não apresentaram propostas	CI36215; CI36218

EIXO TEMÁTICO IV: TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Proposta	Código
Implementar sistema integrado de gestão de resíduos, tendo a reciclagem como motor da transformação ecológica, convertendo resíduos em matéria-prima e energia para impulsionar a economia de baixo carbono e oportunidades financeiras, promovendo o conceito de lixo zero, transformando ecopontos em usinas de processamento, com programas de coleta seletiva e inclusão de catadores e recicladores.	CI36211; CM28929; CM39327; CI28043; CM36054; CI33096
Fomentar uma cadeia circular de reaproveitamento de materiais, como podas de árvores e restos alimentares para compostagem, beneficiando pequenos produtores, agricultores familiares, além de criar o Plano Municipal de Transformação de Resíduos Orgânicos com biodigestores, coletando resíduos de escolas, centrais de abastecimento e órgãos públicos para tratamento especializado.	CM29039; CM31743; CI39069
Aumentar os investimentos em pesquisa e capacitação nas escolas e universidades, em relação à bioeconomia e descarbonização.	CM35540; CM35940; CM36293
Implementar um programa de Agricultura Regenerativa que promova insumos biológicos e práticas agroecológicas—como rotação de culturas, compostagem, biofertilizantes, plantios consorciados e redução de químicos—por meio de treinamentos, oficinas, e incentivos técnicos e financeiros, e fomentar a agroecologia nas periferias, envolvendo mulheres e jovens para inclusão social e geração de renda.	CM29002; CI32340; CI21705; CI37409; CM39326

Implementar um plano de ação municipal que integre arborização urbana, criação e ampliação de hortas comunitárias e parques, com orçamento destinado à implantação de viveiros de mudas e à promoção de espaços verdes que incentivem a recreação, a economia local e a infiltração de água da chuva.	CI39365; CM29029; CI37410
Revisar a política de licenciamento ambiental, inserindo condicionantes e incentivos para empreendimentos que adotem práticas de justiça ambiental, e fortalecer medidas mitigadoras para proteger os atingidos por obras de grande impacto e eventos climáticos extremos.	CI27364; CI30395
Criar um ambiente de negócios onde a matriz energética limpa, seja economicamente mais competitiva do que a matriz que gera GEE (Gases de efeito estufa).	CM31744
Elaborar e efetivar políticas públicas que incentivem uma economia verde, abrangendo dos pequenos produtores até as grandes empresas, incentivando os municípios a cumprirem as regulamentações ambientais, melhorarem a eficiência energética, promover o transporte sustentável, e investir em coleta seletiva e educação ambiental.	CI28569; CI32362
Incentivar a construção de lagoas de infiltração e/ou contenção, tornando os espaços de lazer e sensibilização ambiental especialmente nos bairros mais vulneráveis.	CI27365
Estabelecer a obrigatoriedade de espaços privados e públicos (Supermercados atacados, shopping, hospitais, estádios, indústrias...) compensarem sua área desmatada, na mesma região (áreas internas, áreas de preservação ambiental públicas, e em áreas rurais). Exemplo, obrigatoriedade dos estacionamentos de grande porte, construírem espaços arborizados.	CI37880

Mapear áreas sensíveis (nascentes, olhos d'água, comunidades tradicionais), de forma que as empresas que se instalarem nessas áreas, tenham responsabilidade ambiental, garantindo a presença de agroflorestas, agricultura sustentável, campanhas de conscientização, limpeza e reflorestamento.	CI33094
Criar o laboratório avançado em transformação ecológica, mitigação a mudanças climáticas.	CI39071
Implementar um plano intermunicipal de justiça climática que integre as dimensões de gênero e raça, e desenvolver políticas públicas que promovam a equidade na mitigação dos impactos, estimulando a participação ativa das populações vulneráveis conforme as particularidades dos territórios.	CI27707; CI27744; CI22256
Criar secretarias municipais de meio ambiente e fortalecimento das secretarias de agricultura familiar, que priorize a promoção da transição agroecológica e o combate às mudanças climáticas.	CI30579
Criar um fundo intermunicipal de financiamento e capacitação de recursos públicos, privados, nacionais e internacionais, de ações em justiça climática.	CI27708; CI27746
Criar incentivo fiscal para empresas que produzem e utilizem bioplástico, e ações dissuasoras para empresas que utilizem plástico a base de petróleo.	CI30558; CI33053
Criar programas de reflorestamento urbano e rural com ênfase na vegetação nativa, manutenção e revitalização das áreas verdes e espelhos d'água já existentes.	CI27724
Criar políticas públicas para incentivar que o pequeno produtor da agricultura familiar possa reduzir os impactos	CI30557; CI33049

ambientais de desmatamento e queimadas nas suas atividades.	
Fortalecer a agricultura familiar por meio de recursos financeiros e ATER, promovendo sistemas agroflorestais inclusivos e produção de alimentos ecológicos, além de implementar e incentivar técnicas inovadoras em práticas agroecológicas para recuperar áreas degradadas, utilizar biofertilizantes e reuso de efluentes, permitindo a inserção dos pequenos produtores no mercado de crédito de carbono.	CM38897; CM28928; CM28932; CI37877; CI30599; CI36754
Universalizar a criação das brigadas municipais de incêndio com recursos e condições para operacionalizar.	CI30578
Incluir a educação ambiental e a economia sustentável no currículo das escolas municipais, com foco em feiras de reciclagem, e elaborar um plano de ação anual que defina atividades prioritárias para conscientizar os alunos desde a educação infantil sobre a importância da sustentabilidade.	CI28568; CI32361; CI28042
Elaborar um plano proativo para enfrentamento às secas, com métodos eficientes e sustentáveis, para manutenção das culturas hidro intensivas, e ampliar as políticas de convivência com o semiárido voltadas para educação no campo.	CM38902
Incentivar a adesão e o conhecimento de fontes de energia renováveis, e em caso de grande porte, que o município participe de todo o processo de licenciamento para reduzir impactos.	CM36052
Implementar um programa de subsídios para financiar sistemas comunitários de energia sustentável, como placas solares de baixo custo e biodigestores rurais, promovendo	CI33111; CI39126; CI21706;

acesso à energia limpa e segurança energética para comunidades rurais, agricultores e populações vulneráveis, por meio de incentivos fiscais para pequenos e médios produtores.	CI32341
Promover a celeridade dos processos de regularização dos territórios de comunidades tradicionais e originários	CI22257
Promover a produção de bens duráveis combatendo a obsolescência programada, por meio de normas que incentivem produtos reparáveis e de longa vida útil, estimulando a economia circular com políticas que valorizem a reutilização e reciclagem, penalizando práticas que reduzam intencionalmente a durabilidade dos produtos.	CI30597; CI36750
Informar melhor a comunidade sobre os problemas relacionados ao descarte incorreto dos resíduos e desenvolver projetos que incentivem a colaboração popular	CM35541; CM35941; CM36294; CM37858
Ter orçamento governamental integrado para políticas ambientais que facilitem o acesso a tecnologias sustentáveis.	CI33112
Converter parte dos impostos automobilísticos, como o IPVA, em recursos para atenuar o impacto dos combustíveis fósseis, destinando-os a reflorestamento e restauração ecológica, desmatamento zero, pagamento de crédito de carbono, pesquisa sobre fontes renováveis de energia e fomento à agricultura de baixo carbono.	CI33295
Implementar o pagamento por serviço ambiental em todo o estado do Ceará, principalmente para agricultores familiares.	CI39123

Construir uma agenda estadual com foco nas condições socioeconômicos para os refugiados ambientais, as quais garantam a reprodução dos povos tradicionais em seus territórios.	CI30397
Promover na forma de incentivo técnico e financeiro a manutenção e/ou construção de quintais produtivos em unidade habitacionais e órgãos públicos.	CI27723
Incentivo econômico para práticas de bioeconomia (Crédito, Capacitações e isenções de impostos), fazendo uso e conservação de espécies nativas que possam ser usadas como espécies "guarda-chuva" para manutenção e conservação de serviços ecossistêmicos, utilizando espécies utilizadas por populações locais e tradicionais, como as Abelhas nativas.	CI33296
Esses códigos não apresentaram propostas	CI36217; CI36213; CI36214; CI36210.

EIXO TEMÁTICO V: GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Proposta	Código
Implementar políticas municipais de Educação Ambiental (EA) com recursos assegurados e parcerias, de forma transversal e interdisciplinar na gestão pública, sociedade e ensino formal, criando conselhos municipais participativos, capacitando educadores, gestores e comunidades, e produzindo materiais pedagógicos e campanhas de educomunicação para engajar a população em ações ambientais locais.	CI30561; CI33056; CM29033; CI27750; CI39074; CI28047; CM31748; CI27710; CM29001; CM39332; CI21707; CI30400; CI33098; CM28930; CI27366; CM33113; CI30562; CI33060; CI33302; CM38910; CI30398; CI33097; CI27726; CI39129; CI39357
Implementar a Educação Ambiental como disciplina obrigatória e de forma transversal na grade curricular do ensino formal, desde a educação infantil ao ensino superior,	CM35542; CM35942; CM36295;

com base na lei 14.926/24, com foco no enfrentamento às mudanças climáticas.	CI37882; CI30605; CI36757; CI21708; CM31747; CI27725; CM36059; CM39334
Criar cursos técnicos ambientais em escolas profissionalizantes e garantir a contratação de profissionais dedicados à educação ambiental, promovendo a formação especializada e o engajamento no enfrentamento da crise climática.	CI28573; CI32366; CM38907; CI37411
Implementar centros municipais de educação ambiental, e/ou transformação de espaços públicos em ambientes de promoção da educação socioambiental, dotando-os de equipamentos e profissionais e com recursos financeiros	CI30582; CI32344; CI37412
Garantir a execução eficaz de políticas públicas ambientais por meio de sistemas e fundos municipais de meio ambiente, com recursos do PPA e LOA, planejamento participativo, transparência e monitoramento contínuo, parcerias público-privadas e com o terceiro setor, integração intersetorial na aplicação de leis ambientais e consolidação do corpo técnico e infraestrutura dos órgãos municipais ambientais.	CI22259; CI39072; CI27709; CI27749; CI22258; CI39353; CI37881
Normatizar as políticas públicas municipais conforme plano nacional de políticas públicas temáticas com reflexo na Lei de Responsabilidade Fiscal, com a criação de conselho consultivo e deliberativo de mudanças climáticas atentando para a política de inclusão de povos indígenas, quilombolas, tradicionais e outros.	CI33301

Implementar programas de educação ambiental para promover reciclagem comunitária; certificar fornecedores sustentáveis (economia circular, baixo carbono e gestão de resíduos) com workshops e monitoramento; capacitar para empregos verdes, e formalizar a profissão de catador de resíduos com direitos legais. Articular ações locais e políticas públicas para garantir transição sustentável.	CM29003; CM28927; CI36216; CI30583
Criar e implantar leis de incentivo fiscal, como IPTU Verde e redução do ISS, para a população e empresas que realizarem práticas sustentáveis como a separação e entrega correta de resíduos sólidos específicos, reuso da água, quintais produtivos, agroecologia familiar, plantio de árvores sustentáveis.	CI28572; CI32367; CI30607; CI36758; CI27367; CM33114
Realizar Pagamento por Serviço Ambiental para áreas protegidas como Reserva Legal, RPPN e Unidades de Conservação, com recursos municipais, estaduais e federais, visando a preservação ambiental e o incentivo à conservação. Criar políticas municipais para incentivo financeiro a preservação ambiental (PNSA) e incentivos fiscais.	CI39128; CI32345
Capacitar os gestores públicos e privados para identificar, avaliar e responder aos riscos climáticos e gerenciar os resíduos sólidos, promovendo uma gestão integrada que antecipe as consequências de eventos extremos e minimize os danos ao meio ambiente.	CM29031
Realizar diagnóstico de programas e projetos ambientais exitosos. Elaborar um plano piloto para preservação e gestão ambiental em pequenas regiões, com base em diagnóstico ambiental de todo o território.	CI28048; CM36060
Implementar programa de mudança da Matriz Tecnológica para a agricultura familiar com combate às queimadas.	CM35543; CM36296

Esses códigos não apresentaram propostas	CI36219; CI36220; CI36221

CONSIDERAÇÕES

Este caderno de propostas reúne as contribuições oriundas das conferências municipais e intermunicipais realizadas no Ceará, organizadas em cinco eixos temáticos. O material reflete o esforço coletivo da sociedade, servindo como base para a discussão e definição de propostas na Conferência Estadual que possam contribuir para a criação, revisão e consolidação de políticas públicas no estado.

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO